

O CENÁRIO POLÍTICO ECONÔMICO PÓS-GUERRA FRIA E A ONDA NEOLIBERAL NA AMÉRICA LATINA: UM ESTUDO DE CASO DO BRASIL, DO CHILE E DA ARGENTINA

The political-economic scenario post-cold war and the neoliberal wave in Latin America: a case study of Brazil, Chile and Argentina

Camilo Pereira Carneiro¹

Eduardo Ernesto Filippi²

Luiza Pecis Valenti³

Introdução

A onda neoliberal que varreu a América Latina no último quarto do século XX foi, no entender de intelectuais como Alves do Carmo (2013), parte da estratégia elaborada pelos Estados Unidos da América para sua consolidação como potência hegemônica no Sistema Internacional. Esse processo que atingiu a América Latina se deu paralelamente à queda do bloco soviético em 1991 e o término da Guerra Fria. Desde então, o Sistema Internacional deixou de ser bipolarizado, tornou-se multipolar, e abriu espaço para a consolidação dos Estados Unidos como potência hegemônica. Esse período testemunhou a modificação do entendimento de conceitos das Relações Internacionais e o aumento da importância atribuída a abordagens e métodos afeitos à Economia Política Internacional e à Geoeconomia. O novo funcionamento do Sistema Internacional se consolidou na medida em que a economia e os modelos que visavam o desenvolvimento eram enfocados nas disputas políticas internacionais (ALVES DO CARMO, 2013). O novo sistema passou a funcionar relacionando questões de política, geografia e economia que culminaram no campo da Geoeconomia:

Geo-economics may be defined in two different ways - as the relationship between economic policy and change on national power and geo-politics - in other words, the geopolitical consequences of economic phenomenon, or, as the economic consequences of geopolitical trends and national power. Both the notion of 'trade follows the flag,' that there are economic consequences of the projection of national power, and the idea that 'the flag follows trade,' that there are geopolitical consequences of essentially economic phenomena, would constitute the subject matter of geo-economics (BAURU, 2012, p.2).

¹Doutor em Geografia e professor visitante do Programa de Pós-Graduação em Fronteiras e Direitos Humanos da UFGD. Email: camilofilho@ufgd.edu.br.

²Doutor em Economia Política e professor Associado no Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da UFRGS. Email: edu_292000@yahoo.com.br.

³Mestranda do PPG Estudos Estratégicos Internacionais, com ênfase em Economia Política Internacional. Email: luizapvalenti@gmail.com.

De acordo com Alves do Carmo, esse novo cenário de “reconstrução capitalista ocidental envolveu um alto grau de institucionalização da economia em âmbito internacional, tendo como epicentro os Estados Unidos” (ALVES DO CARMO, 2013, p.7), na medida em que os interesses de cada país foram contemplados dentro dessa lógica de consolidação hegemônica (ARRIGHI, 1996). Dessa forma, os EUA assumiram o papel de líder global e, devido a sua influência, escalonaram seus modelos políticos e econômicos para os demais países que eram relevantes para seus interesses.

A condição de influenciador internacional adquirida gradativamente pelos Estados Unidos trouxe consequências em diferentes graus e áreas para todo o globo. A América Latina, em especial, foi diretamente impactada, principalmente por manobras econômicas e comerciais que prometiam uma recuperação econômica da região ao mesmo tempo em que desenhavam um cenário favorável para o comércio norte-americano. Nesse sentido, Hirst afirma que:

Em qualquer caso, a identificação dessa política com uma projeção hegemônica tornou-se o viés explicativo mais indicado para o tipo de interação estabelecido entre Washington e os países latino-americanos a partir dos anos 30. Ao longo dos 45 anos do conflito leste-oeste, apesar de marginal, a América Latina foi parte ativa do conjunto de organismos multilaterais que outorgaram uma faceta institucional à liderança dos Estados Unidos, assegurando-lhe sustentação e legitimidade. A instituição do Sistema Interamericano conferiu um âmbito específico para que o *hegemon* exercesse – em bases consensuais e pouco conflitivas – sua autoridade, apoiado por um conjunto de Estados mais fracos – com o qual compartilhava a identidade americana (HIRST, 2009-2010, p.27).

Ao longo do período da Guerra Fria e nos anos subsequentes ao seu término houve uma transição de regimes autoritários para regimes democráticos em grande parte dos países latino-americanos, os quais passaram por recessões e crises econômicas. Foi nesse cenário que a consolidação norte-americana como potência global permitiu que o modelo neoliberal fosse recomendado para os países da região, sendo a abertura de mercados e a redução do papel do Estado prerrogativas para o recebimento de auxílio financeiro por parte de organizações internacionais (ANDREAS, 1995).

A consolidação da nova e única superpotência, os Estados Unidos, foi acompanhada da adoção de manobras estratégicas econômicas nos países latino-americanos. Nesse sentido, no intuito de analisar a estratégia dos EUA no cenário do mundo pós-Guerra Fria e as repercussões das políticas estadunidenses na América Latina, a presente pesquisa se pautará em conceitos como *hegemon* e geoeconomia, que serão tratados na próxima seção. Na sequência, serão apresentadas as condições que permitiram a introdução da doutrina neoliberal norte-americana na América Latina. Por fim, serão analisados os impactos da onda neoliberal do final do século XX (parte da estratégia de consolidação da hegemonia norte-americana no Sistema Internacional) em três importantes países latino-americanos, a saber: Brasil, Chile e Argentina.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de cunho exploratório, pautada em análise bibliográfica, elaborada a partir da ótica das Relações Internacionais, que busca contribuir para o tema que já vem sendo objeto de pesquisa em outras áreas acadêmicas como a Ciência Econômica.

Cenário internacional pós-guerra fria

O fim da Segunda Guerra Mundial (1939-45) abriu espaço para graduais alterações de poder nos componentes envolvidos no Sistema Internacional. Além de criar um novo cenário bipolar no contexto da Guerra Fria, marcado por um forte revanchismo entre os Estados Unidos e a União Soviética, o campo das Relações Internacionais passou a ser trabalhado de forma mais complexa e o relacionamento dessas potências para com os demais países foi evidenciado através das estratégias econômicas e políticas adotadas por cada um (CARMO, 2013).

O início da década de 1990 foi caracterizado por uma nova formação do Sistema Internacional e a derrocada política e econômica do bloco soviético em 1991 marcou o início de um período de consolidação dos Estados Unidos como potência hegemônica, finalizando a ordem bipolar global (SANTOS, 2013). A condição econômica norte-americana foi também um dos pilares de tal consolidação, na medida em que ocorria uma clara predominância do dólar nas transações econômicas globais e uma forte presença de Wall Street nas questões financeiras da época (MANN, 2006). Nesse sentido, Santos descreve o cenário internacional no qual os Estados Unidos se encontravam pós-Guerra Fria da seguinte maneira:

Aos poucos, durante a década de 1990, os EUA foram estabelecendo os marcos fundamentais de sua supremacia [...] global, valendo-se para isso de manobras na ONU e na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), de posições unilaterais, de alianças bilaterais com países estratégicos, do enquadramento do poderio europeu e asiático, da neutralização da China e da Rússia e da anulação de projetos de qualquer país que pretendesse desafiar o poderio norte-americano. Em larga medida, a estratégia político-militar norte-americana tem procurado subordinar os exércitos do mundo todo às diretrizes dadas pelo Departamento de Defesa dos EUA (SANTOS, 2006, p.51).

Inserido nesse novo contexto, o governo norte-americano delimitou estrategicamente duas principais agendas: a implementação de reformas neoliberais em outros Estados e o combate ao comércio ilícito de drogas (SCHOULTZ; SMITH, 1994). A nova alocação de esforços da então potência hegemônica fez com que as questões relacionadas à América Latina se caracterizassem pela “indefinição de uma política hemisférica clara [que] se aliava à ênfase nos interesses econômicos, à afirmação do modelo neoliberal e à perspectiva de um multilateralismo limitado, porém emergente” (HERZ, 2002, p. 85).

Por sua vez, Andreas afirma que o período pós-Guerra Fria criou uma pressão do governo norte-americano para que reformas econômicas fossem implementadas de acordo com as recomendações do FMI nos países da América Latina, ou seja, que fossem implementadas estratégias de livre-mercado e o papel do Estado fosse reduzido (ANDREAS, 1995). Essa situação aumentava a margem de manobra dos Estados Unidos em âmbito econômico, ao mesmo tempo em que sua política externa era marcada por uma lógica geopolítica que evitava a presença de outras potências na região (HERZ, 2002). Gradativamente, a economia neoliberal passou a ser exportada para os países latino-americanos com o incentivo dos Estados Unidos, fazendo com que a posição de *hegemon* ficasse ainda mais consolidada e os países latino-americanos se tornassem mais dependentes dos atores internacionais.

Harvey define a doutrina neoliberal⁴, que foi desenvolvida a partir da década de 1970, da seguinte forma:

O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos à propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, de polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados (HARVEY, 2008, p. 2).

A emergência do neoliberalismo ocorreu na esteira da crise do modelo econômico do pós-Guerra que se deu em 1973, sendo um período em que uma parcela significativa dos Estados entrou em recessão econômica, com baixas taxas de crescimento e altas taxas inflacionárias (HERTEL, 2013). Neste cenário o neoliberalismo ascendeu e ganhou forma principalmente nos Estados Unidos e no Reino Unido, indo de encontro ao modelo de bem-estar social e às ideias Keynesianas vigentes até então. O fortalecimento dessa doutrina coincidiu com a consolidação dos Estados Unidos como potência hegemônica e com a globalização comercial proporcionada pelo novo cenário internacional (MARTINEZ; OLIVEIRA, 2016), fazendo com que o poder de barganha e de coerção desses fosse ainda mais forte para com os demais Estados.

As tendências neoliberais norte-americanas impactaram diretamente os países da América Latina. De acordo com Cervo (2008), a economia dos países latino-americanos foi regida por um paradigma liberal-conservador até a crise de 1929, seguido pelo modelo desenvolvimentista até o final da década de 1980 e, finalmente, pelo modelo neoliberal nos anos 1990. A instabilidade monetária e a inflação eram marcas comuns na América Latina, assim como o viés do cenário político que se desenhava na região. Segundo Martinez e Oliveira:

As características intrínsecas a este paradigma são a redemocratização dos países que estiveram sob regimes autoritários, uma nova relevância dos Direitos Humanos nas políticas públicas internas e o liberalismo econômico contemplado na abertura do comércio local ao global. Desta forma, houve uma substituição da visão centro e periferia, que era defendida pelo paradigma desenvolvimentista, para um mundo mais unificado pelo capitalismo (MARTINEZ; OLIVEIRA, 2016, p. 71).

Com pequenas variações temporais, o neoliberalismo consolidou-se nos diferentes países da América Latina, resultando em uma maior integração ao mercado internacional e, conseqüentemente, em uma maior dependência no contexto global (MARTINEZ; OLIVEIRA, 2016). Mesmo que cada Estado carregasse intrinsecamente peculiaridades e estratégias político-econômicas divergentes, é possível traçar denominadores comuns na economia latino-americana. De acordo com Cervo, os países estavam regidos por três pilares: eliminação do Estado desenvolvimentista interventor, abertura de mercado e do sistema produtivo e o abandono

⁴A palavra neoliberalismo carrega na sua essência a ideia de inovação. O prefixo “neo” remete à reaplicação dos preceitos liberais já introduzidos em um contexto histórico prévio, ou seja, “não se trata de uma nova variante do liberalismo, mas sim de uma modernização daquelas ideias” (MARTINEZ; OLIVEIRA, 2016, p.73).

do Estado de Bem-estar Social através da promoção de oportunidades competitivas aos indivíduos (CERVO, 2008).

Essas condições, as quais são variáveis regidas pela doutrina neoliberal, foram exportadas para a América Latina, principalmente por meio do Consenso de Washington, elaborado em 1989 por economistas de instituições financeiras como o FMI e o Banco Mundial e do Departamento do Tesouro dos EUA. A sumarização do "receituário" neoliberal coube a John Williamson (2000) e é resumido na tabela abaixo:

Tabela 1: Consenso de Washington: original e ampliado

Original (1990)	Ampliado (2000)
Disciplina fiscal;	Reformas políticas e legais;
Reorientação das despesas públicas;	Criação de instituições de regulação;
Reforma fiscal;	Políticas específicas anticorrupção;
Liberalização financeira;	Flexibilização das leis trabalhistas;
Taxas cambiais unificadas e <i>competitivas</i> ;	Respeito aos acordos da OMC;
Liberalização comercial;	Imposição de regras ao mercado financeiro;
Abertura aos investimentos estrangeiros;	Abertura financeira <i>prudente</i> ;
Privatização de empresas estatais;	Aplicação de regimes cambiais de flutuação livre;
Desregulação;	Criação de redes de proteção social;
Respeito aos direitos de propriedade.	Criação de política de redução da pobreza.

Fonte: Williamson (2000).

Bandeira aponta que o Consenso de Washington foi responsável pela recomendação do governo dos Estados Unidos de dez medidas de reformas econômicas aos países da América Latina. (BANDEIRA, 2002) Os norte-americanos defendiam que todas as propostas tinham como objetivo a estabilização monetária e o restabelecimentos das leis de mercado, sendo elas (1) a criação de mecanismos para assegurar a disciplina fiscal, (2) a revisão das prioridades de gastos públicos, (3) o estabelecimento de uma reforma tributária, (4) a adoção de taxas de juros positivas, (5) o alinhamento das taxas de câmbio de acordo com as leis do mercado, (6) o aumento da liberalização do comércio, (7) o fim das restrições ao investimento estrangeiro, (8) a gradual privatização de empresas estatais, (9) o aumento da desregulamentação das atividades financeiras e (10) a garantia dos direitos de propriedade intelectual (MARTINEZ; OLIVEIRA, 2016).

Bandeira sintetiza o Consenso de Washington como uma forma de legitimação do poder norte-americano na economia global:

[o] receituário, celebrado como o Washington Consensus, resumia-se na recomendação de que o Estado se retirasse da economia, quer como empresário quer como regulador das transações domésticas e internacionais, a fim de que toda a América Latina se submetesse às forças do mercado, o que viabilizaria ulteriormente a formação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), do Canadá à Terra do Fogo, tal como proposta pelo Presidente George Bush, como lançamento em 1990 da *The Enterprise for the Americas Initiative* (BANDEIRA, 2002, p. 136).

O novo cenário fez com que os países da América Latina gradativamente abandonassem os ideais cepalinos, principalmente o argumento de que as políticas públicas intervencionistas de estímulo ao setor industrial poderiam resultar em desenvolvimento econômico (CEPAL, 2014a). A adoção das medidas definidas no Consenso de Washington “constituiria condição fundamental para que [os países da América Latina] pudessem renegociar a dívida externa e recebessem qualquer recurso das agências financeiras internacionais” (BANDEIRA, 2002, p. 135), colocando sob os governos da região ainda mais pressão para adoção de estratégias neoliberais. O último país a adotar as novas medidas foi o Brasil, o que muito se deve ao distanciamento político dos Estados Unidos no período de redemocratização (SENNES, 2013), ao mesmo tempo em que o Chile foi o primeiro a implementar as novas medidas, ainda durante o regime autoritário de Pinochet (MARTINEZ; OLIVEIRA, 2016), tornando-se um laboratório latino-americano para os economistas norte-americanos testarem a assertividade de suas estratégias neoliberais.

O laboratório dos *Chicago Boys*: o caso chileno

Iniciado com um golpe de Estado em 1973, o regime militar chileno teve duração de dezessete anos. Diferentemente dos demais países que serão posteriormente estudados, o comando do país foi centralizado na mão de uma figura política: Augusto Pinochet. Lira afirma que “a princípio, o regime militar liderado por Pinochet não tinha um projeto econômico definido a ser aplicado [...], mas tinha um claro objetivo: conter a inflação” (LIRA, 2010, p. 5).

Essa indefinição de políticas econômicas, somada ao momento de apogeu das ideias do economista Milton Friedman nos Estados Unidos, abriu espaço para que o Chile fosse o primeiro país a implementar o neoliberalismo na América Latina (MARTINEZ; OLIVEIRA, 2016). Lira explica o funcionamento desse período e correlaciona as necessidades norte-americanas e chilenas:

Um grupo de economistas oriundos da Escola de Economia de Chicago, os *Chicago Boys*, conduziu uma política destinada a estabilizar o nível dos preços, mas fora isso, eles inseriram reformas que buscaram dar ao mercado um papel maior na regulamentação da vida econômica do país. Os *Chicago Boys* foram bastante influenciados pela linha de pensamento monetarista veiculada por Milton Friedman e foram responsáveis por tornar o Chile o primeiro país a seguir a doutrina neoliberal (LIRA, 2010, p.5).

A implementação da doutrina neoliberal no Chile diverge das demais por não seguir a lógica que definia a democracia como premissa básica para que se usufrísse dos benefícios das práticas do neoliberalismo. Entretanto, os Estados Unidos se viam em uma situação confortável com esse primeiro teste de implementação na América Latina, na medida em que “esperava-se que os países possuíssem uma mão de obra barata e assim pudessem encontrar uma forma de inserção internacional na nova era da globalização que emergia” (MARTINEZ; OLIVEIRA, 2016, p. 75).

A medida inicial dos *Chicago Boys* foi reduzir a participação do setor público. Essa estratégia era vista como urgente em um país em que o gasto público representava 12% do PIB em 1973, indicando que a inflação era alimentada pela manutenção da máquina pública com a emissão de moedas (FFRENCH-DAVIS, 2008).

Além disso, em 1975, iniciou-se uma série de privatizações, com exceção de alguns segmentos como a exploração do cobre e o refino de petróleo por razões de soberania e segurança nacional. Entretanto, o Chile seguia em uma grave recessão iniciada desde o período da Unidade Popular e as novas medidas de abertura criavam um paradoxo na sociedade: aumentavam a concentração da propriedade ao mesmo tempo em que derrubavam os pilares da hiperinflação chilena (MARTINEZ; OLIVEIRA, 2016).

Foi apenas em 1976 que a inflação no país se reduziu significativamente, com mudanças relacionadas à apreciação cambial e à abertura comercial. Martinez e Oliveira explicam que o governo fixou o câmbio a níveis sobre apreciados, o que facilitou a realização de importações e, mais do que isso, retirou o protecionismo, auxiliando ainda mais na redução da inflação (MARTINEZ; OLIVEIRA, 2016). Em contrapartida, Ffrench-Davis argumenta que esse abrupto fim do protecionismo trouxe consequências negativas para o desenvolvimento industrial chileno resultando em uma participação da produção industrial no PIB reduzida em 5% entre 1970 e 1981 (FFRENCH-DAVIS, 2008).

No ano de 1978, a inflação atingia 64%, o que foi considerado um êxito dos Chicago Boys. Tendo posse desse respaldo e reconhecimento, iniciaram-se reformas mais ousadas na economia, como a liberalização financeira (MARTINEZ; OLIVEIRA, 2016). Ffrench-Davis (2008) argumenta que esses economistas acreditavam que em um cenário de estabilidade econômica e social, a abertura da conta de capitais resultaria no aumento da oferta de fundos para empréstimos e, conseqüentemente, na redução da taxa de juros interna. Entretanto, as conseqüências dessa medida foram diferentes, como explicam Martinez e Oliveira:

A estratégia dos Chicago Boys para retomar o crescimento econômico viu-se longe da realidade, pois o fluxo de capital estrangeiro não equalizou os juros internos com os externos, pelo contrário, viu-se que o crédito interno era mais caro que o ofertado no exterior. As privatizações dos bancos[...]e a baixa supervisão do Estado sobre o setor financeiro contribuíram para formar esta circunstância, já que permitiram a concentração do setor bancário e possibilitou os bancos a aumentarem o spread livremente (MARTINEZ; OLIVEIRA, 2016, p.6).

Ffrench-Davis (2008) ainda argumenta que a ineficiência dos bancos chilenos contribuiu para encarecer os juros, na medida em que os custos de intermediação financeira dos mesmos eram consideravelmente altos. Já a entrada da poupança externa estava nas mãos apenas de grandes grupos privados nacionais que destinaram o crédito barato para fomentar o consumo, fazendo com o que novos recursos não fossem direcionados para o investimento e desenvolvimento do país (MARTINEZ; OLIVEIRA, 2016).

Entre 1977 e 1981, a taxa média de crescimento do PIB foi de 8%, abaixo do esperado, porém ainda respondendo à recuperação da recessão de 1975 (DABÈNE, 2003). Todas essas estratégias econômicas desenharam uma lógica que o país não conseguiria manter a médio prazo, com pouca produção concomitantemente a um consumo desenfreado sustentados por recursos externos (MARTINEZ; OLIVEIRA, 2016). Além disso, de acordo com Krebs, a iniciativa privada chilena se encontrava endividada no exterior, o que resultou em um processo contínuo de falências, até mesmo dos bancos do país (KREBS, 2005). Martinez e Oliveira defendem que o período neoliberal chileno “logrou certos êxitos, dentre os quais se destaca o controle inflacionário, a diversificação da pauta de exportações e a abertura comercial”, porém não percebeu as limitações

do modelo e provocou uma concentração de renda e o aumento da pobreza (MARTINEZ;OLIVEIRA, 2016, p. 7). A criação de uma bolha, em decorrência de especulações e consumo insustentável levou o país a uma crise em 1982, que simbolizou o esgotamento do modelo neoliberal no Chile.

Do neoliberalismo ao liberal-desenvolvimentismo: o caso argentino

A transição para a democracia na Argentina durou 18 meses e foi marcada pela recusa e distanciamento da lógica dos golpes e revoluções. Após décadas marcadas por governos autoritários e disputas de poder, a democracia foi finalmente consolidada e se provou necessária para o fortalecimento econômico e político, interna e externamente, da Argentina. Concomitantemente à derrota nas Malvinas/Falklands, em 1982, a Argentina também passava por uma crise interna: a desindustrialização decorrente das estratégias militares ocasionou uma redução dos salários da população, uma alta inflação e uma política livre-cambista que inibia a concorrência com produtos estrangeiros (FRIDERICHS, 2017).

Esse cenário fez com que, “no decorrer do primeiro governo democrático que sucedeu à queda da ditadura militar – Raúl Alfonsín, que governou de 1983 a 1989 –, a ideologia neoliberal [ganhasse] novo alento sob o estímulo da prática política do grande empresariado” (DINIZ, 1991, p.140). Consolidou-se, então, uma máxima entre a elite e as grandes organizações empresariais de que o Estado intervencionista teria retraído a livre iniciativa e resultado em um cenário de estancamento da produção e debilitação dos níveis de consumo. Entretanto, a forte penetração do discurso neoliberal nos diferentes setores argentinos se deve também a questões políticas, conforme Diniz aponta:

O repúdio do Estado foi, em grande parte, alimentado pela perda do prestígio e da credibilidade do governo de Alfonsín após o fracasso do Plano Austral e dos sucessivos esforços voltados para debelar a crise econômica e social. Nos seus dois últimos anos, o governo revelou sua absoluta impotência diante da hiperinflação e dos graves problemas econômicos, tornando-se visível sua incapacidade de implementar qualquer política comum com o mínimo de coerência e eficácia (DINIZ, 1991, p. 141).

Tomando posse em julho de 1989, Carlos Menem mudou os rumos da economia argentina. O novo presidente privatizou empresas, equiparou o peso ao dólar americano, abriu o país aos fluxos de capitais externos, introduziu mais flexibilidade nos mercados de trabalho e criou uma situação de segurança para os investimentos estrangeiros (HERTEL,2013).O grande destaque das novas estratégias econômicas foi o Plano Cavallo, que se baseava em três grandes pilares: “a fixação da taxa de câmbio em relação ao dólar (...), a conversibilidade (...) e a definição de um lastro para a moeda nacional” (BATISTA, 2002, P.84). O plano obteve êxito e foi responsável por deter a hiperinflação que castigava o país durante as décadas anteriores (CHASTEEN, 2001, p.257).

Bóron ainda ressalta que o governo “pôde pôr em prática um ajuste estrutural sem precipitar conflitos políticos e sociais não manejáveis(...). Isto foi o que constituiu a singularidade do experimento de Menem” (BÓRON, 1995, p. 17). Através da lei da Reforma do Estado, foi possível privatizar empresas como as de telefonia, aviação, aeroportuárias e petroquímicas. Essas vendas resultaram em um aumento de cerca de 10% do PIB argentino (FAUSTO; DEVOTO, 2006).

Contudo, o país não conseguiu extrair resultados positivos a longo prazo. De acordo com Harvey, “o desemprego aumentou, pressionando para baixo os salários, ao mesmo tempo em que a elite usou a privatização para amealhar fortunas” (HARVEY, 2008, p.114). Sharapura complementa, ao afirmar que “a economia que crescera a uma taxa média anual de 8% da segunda metade de 1990 à segunda metade de 1994, caiu em profunda recessão. O PIB sofreu uma contração de 7,6% do último trimestre de 1994 ao primeiro [...] de 1996” (SHARAPUTA, 2002, p. 3). Ao mesmo tempo em que questões estruturais internas agravaram a economia do nacional, tornou-se evidente que a Argentina era vulnerável aos choques internacionais que atingiam os mercados emergentes (BATISTA, 2002). Esse novo cenário fez com que o otimismo neoliberal abrisse espaço para uma lógica liberal-desenvolvimentista no país (SILVA,2008). Sallum explica essa releitura:

Nessa versão de liberalismo também dá-se oportunidade à estabilização monetária, mas a urgência com que ela é perseguida aparece condicionada aos efeitos potenciais destrutivos que as políticas anti-inflacionárias ocasionarão no sistema produtivo. Por isso, combate-se o radicalismo dos fundamentalistas. Exigindo-se um câmbio não apreciado, para evitar déficits na balança de transações correntes (comercial e de serviços), e juros mais baixos para não desestimular a produção e o investimento (SALLUM, 19991 p. 34).

Adotando esse liberalismo com traços desenvolvimentistas, a Argentina começou um movimento que, mesmo não permitindo uma queda tão brusca na inflação, traria mais equilíbrio para a economia doméstica. A economia do país seguiu com um desenvolvimentismo industrializante e tornou o país menos vulnerável ao cenário internacional, diminuindo a dependência de apostes de capitais estrangeiros. O neoliberalismo argentino, que trouxe resultados positivos a curto prazo, foi remodelado para que fosse possível obter resultados econômicos satisfatórios por um maior período de tempo.

Neoliberalismo gradual: o caso brasileiro

Um dos principais fatores que resultou na queda do regime militar brasileiro foi a crise econômica que o país enfrentava após o Milagre Econômico da década de 1970. Esse declínio econômico diminuiu a margem de manobra dos militares (JUNG,2015) e obrigou que o primeiro presidente democraticamente empossado tomasse medidas para alterar o cenário que se apresentava. José Sarney manejou seu governo com o propósito de sanar duas grandes questões: abrandar a crise econômica do país e pavimentar a reconstrução democrática brasileira (LINHARES, 1990). Entretanto, foi apenas no final do governo de José Sarney que o Brasil começou a adotar medidas neoliberais, sendo um país retardatário no que tange à adoção das recomendações do Consenso de Washington (MONTENEGRO,2011).

Alvarez sintetiza o fio condutor econômico dos governos brasileiros pós-Guerra Fria, de Sarney até Fernando Henrique Cardoso, com base nas ideias de Sallum Jr:

Comparando-se os governos Sarney, Collor e FHC I, no que diz respeito ao avanço das reformas neoliberais, pode-se afirmar, em linhas gerais, que, se o primeiro não demonstrou motivação para implantá-las (exceto em momentos precisos), o segundo manifestou um claro propósito de fazê-lo, não encontrando, porém, uma conjuntura favorável ao seu plano (o que vale também para o governo do seu vice, Itamar

Franco, embora as dificuldades não tenham sido exatamente as mesmas). O terceiro, por sua vez, conseguiu unir um propósito claro com estabilidades políticas e hegemônicas, garantidas pelo Plano Real, para aplicar seu plano de reformas liberais (ALVAREZ, 2012, p. 19).

O governo de Sarney se caracterizou pela implementação dos “planos heterodoxos” para estabilidade monetária, em uma tentativa de “reanimar o modelo desenvolvimentista” (ALVAREZ, 2012, p.20), provando a falta de alinhamento com as recomendações neoliberais. Essas estratégias fracassaram ao tentar frear a inflação e desagradaram tanto as elites empresariais quando as classes trabalhadoras, tornando-se um gatilho para a adoção de um projeto neoliberal. Sallum Jr explica que, “na medida em que a elite econômica se tornava insegura e assustada com as iniciativas reformistas do governo da Nova República, sobretudo com as políticas heterodoxas de estabilização monetária, as ideias econômicas liberais passaram a se tornar relevantes para ela” (SALLUM JR, 2004, p. 57).

A eleição de Collor em 1989 não só representou uma renovação estrutural política na medida em que foi o primeiro presidente eleito por voto popular pós-regime militar, como também marcou o início da implementação de estratégias neoliberais no Brasil (BOITO JR, 1999; CARVALHO, 2006). Através da implementação do Plano Brasil Novo, popularmente conhecido como Plano Collor, em março de 1990, cuja principal ação foi o sequestro dos haveres financeiros, destaca-se que dentre as primeiras medidas adotadas pelo presidente a extinção de empresas públicas, a liberalização das taxas de câmbio e a eliminação de incentivos fiscais (ALVAREZ, 2012).

Além disso, o Programa nacional de Desestatização foi implementado, congelando preços e salários, fazendo com que houvesse uma temporária queda da inflação. Entretanto, esse cenário não durou por muito tempo e, abalado por denúncias de corrupção e pela recessão (e a subsequente queda do PIB brasileiro), Collor sofreu um *impeachment*, “frustrando a expectativa das classes dominantes em relação à adoção das ‘reformas orientadas para o mercado’” (GALVÃO, 2003, p.105).

Sucedeu a Fernando Collor de Mello seu vice, Itamar Franco, que se caracterizou pela desaceleração das reformas neoliberais. As estratégias de privatização, por exemplo, foram dificultadas e o presidente defendia o aumento dos pisos para a venda de ações (ALVAREZ, 2012). Entretanto, o grande destaque foi a elaboração e implementação do Plano Real, regida pela equipe econômica do governo. Galvão explica que era Fernando Henrique Cardoso quem liderava a equipe que utilizou a seguinte estratégia:

Aproveitou a conjuntura internacional favorável, buscando atrair os recursos financeiros disponíveis no mercado interno para o combate à inflação. A ancoragem cambial permitiu ao governo controlar o valor interno da moeda, instituindo a paridade entre dólar e real. Além disso, o Plano Real valeu-se da abertura comercial e da redução das alíquotas de importação para intensificar a concorrência e, assim, impedir o aumento dos produtos nacionais (GALVÃO, 2003, p. 91-82).

Pode-se afirmar que as diretrizes neoliberais foram realmente implementadas com vigor durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), que obteve sucesso com a implementação de um plano de estabilização monetária, o Plano Real no governo anterior. Cervo explica que “após o efêmero governo de Fernando Collor de Melo, ortodoxo na aplicação de medidas sugeridas pelo conjunto de instruções do centro,

o pensamento e a prática política de Fernando Henrique Cardoso nortearam a nova fase” (CERVO, 2008, p. 79).

As políticas de Cardoso foram balizadas por duas questões centrais: o andamento do Plano Real e a estabilização da inflação (HERTEL, 2013) e foram implementadas em diferentes etapas. “Na primeira (...) implementou políticas de rigidez fiscal, retraiu o Estado de Bem-estar Social e retirou-se da esfera produtiva. Na segunda etapa, [medidas administrativas e burocráticas levaram o Brasil a uma política de] (...) transparência de gastos públicos e garantiu o investimento estrangeiro” (SILVA, 2008, p.143). O resultado foi, em um primeiro momento, o aumento do consumo, seguido por uma necessidade de restrição do crédito e da elevação da taxa de juros para conter essa demanda. Além disso, a abertura comercial foi responsável não só para combater a inflação, mas também ofereceu novos mercados para empresas multinacionais inseridas em um mercado cada vez mais globalizado (GALVÃO, 2003).

Moniz Bandeira apresenta os resultados dessa nova política para o país, tornando claro o motivo da maxidesvalorização em 1999:

O déficit na balança de serviços saltou de US\$15,3 bilhões, em1990, quando o processo inflacionário se intensificara no Brasil, para US\$ 28,8 bilhões, em1998, e o déficit nas transações correntes pulou de US\$3,7bilhões para US\$ 33,6 bilhões, no mesmo período. Com um déficit comercial acumulado, entre 1995 e 1999, da ordem de US\$ 24,9 bilhões, após anos consecutivos de saldo positivo, o Brasil defrontou-se com a necessidade de ter de captar, anualmente, cerca de US\$40 bilhões a US\$50 bilhões, no mercado internacional, para atender aos compromissos com o pagamento de juros e transferência de lucros, fretes e royalties, bem como amortizar os empréstimos e fechar as contas externas (MONIZ BANDEIRA, 2005, p. 110-111).

De acordo com Montenegro, o fracasso das estratégias neoliberais foi mais forte na economia internacional, na medida em que o governo considerava o meio internacional como propulsor do desenvolvimento (MONTENEGRO, 2011). O mesmo autor conclui que:

No final do segundo mandato de Cardoso, as crises decorrentes da globalização assimétrica foram responsáveis por uma correção discreta de rumos na condução da política externa. Com a crise financeira de 1999, explicitou-se mais ainda a vulnerabilidade externa do País e, com a virada do século, houve um retorno do discurso sobre as assimetrias do sistema internacional, a distribuição desigual de poder e a incapacidade da socialização dos lucros no sistema multilateral de comércio (MONTENEGRO, 2011, p. 21).

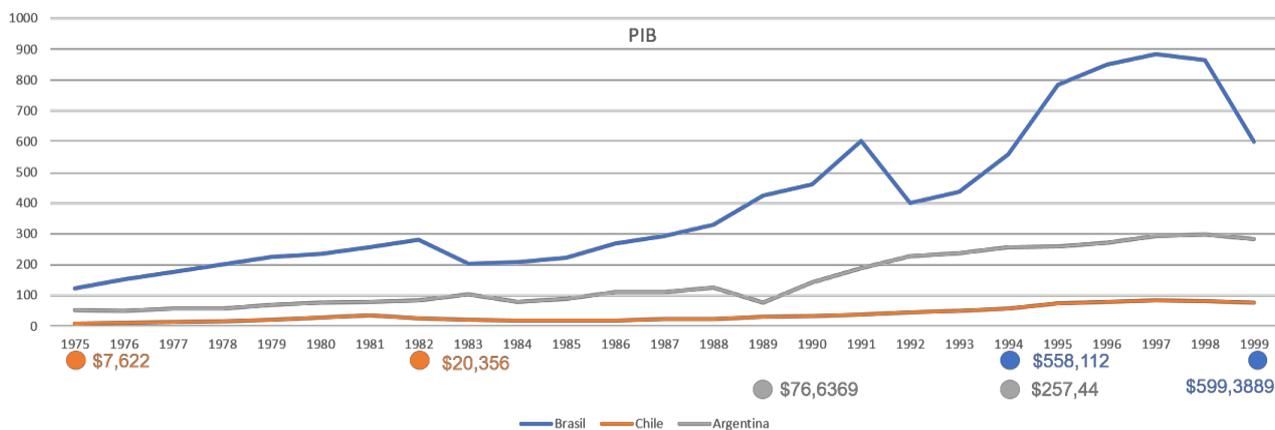
Pode-se afirmar que o governo brasileiro foi incapaz de promover o desenvolvimento econômico no país, adotando medidas que tornaram o Brasil ainda mais vulnerável às oscilações externas. O país teve o seu peso encolhido na economia mundial (MONTENEGRO, 2011), o que retirou o apoio interno ao governo, gerou desconfiança do mercado internacional e fez com que, dentre outros fatores, em 2002 fosse eleito o presidente Lula da Silva, que possuía uma plataforma econômica bastante distante da doutrina neoliberal.

Análise comparada: Argentina, Brasil e Chile

Analisando os casos brasileiro, chileno e argentino, é possível apontar o esgotamento do modelo neoliberal a longo-prazo como denominador comum nas três economias. Isso se apresenta na medida em que

analisamos a variável do Produto Interno Bruto, que representa o crescimento de cada país. O gráfico abaixo apresenta dados do Brasil, da Argentina e do Chile e possuem o recorte de 1975 até 1999, afim de abranger o início da implementação neoliberal no Chile e a crise do modelo no Brasil.

Gráfico 1: PIB (Brasil, Argentina e Chile) em bilhões de dólares



Organização: PECIS VALENTI (2017). Fonte: Banco Mundial (2017).

No que se refere ao PIB, é possível verificar um comportamento diferente das economias brasileira e chilena quando compara das com a da argentina. Com a implementação do Plano Real no Brasil, em 1994, o PIB brasileiro cresceu 25,7% em comparação com 1993, dando um salto ainda maior em 1995 e atingindo um crescimento de 40,8%. Entretanto, a partir de 1998 o modelo neoliberal passou a dar sinais de esgotamento e começou a acontecer uma retração do PIB, decrescendo 30,6% em 1999 e batendo a marca de 599,3889 bilhões de dólares em 1999. Em uma trajetória similar, o Chile bateu o recorde de crescimento do PIB em 1976, crescendo 35,7%. Apenas em 1992, por conta do consumo insustentável e da bolsa especulativa, a crise chilena retraiu o PIB em 26,6%. Já a economia argentina conseguiu se beneficiar das medidas neoliberais do governo Menem e, em 1990, registrou um crescimento de 84,4% do PIB. Em 1995, quando a economia começou a desacelerar, o chamado liberal-desenvolvimentismo foi implementado no país (SILVA, 2008) e possibilitou que o governo tivesse mais fôlego para se manter até 1998, quando foi abalado novamente pela recessão.

Outros indicadores sugerem possíveis consequências das políticas neoliberais na região. A dívida externa brasileira chegou a 241.643,6 milhões em 1998 (MATTOS, 2006), crescendo 61,1% quando comparada ao início do governo de FHC. Já na Argentina, foi no período a partir de 1993 que o modelo neoliberal começou a se esgotar, “as rendas do setor público não financeiro cresceram 11%, e as despesas, 32%. Essas passaram a ter uma natureza cada vez mais financeira, já que a proporção do pagamento de juros sobre a dívida pública com respeito ao total das despesas passou de 7% em 1993, para 18%, em 2001” (FERRARI; CUNHA, 2008, p.52). Esse padrão argentino fez com que o país ficasse cada vez mais vulnerável aos choques externos, comum crescente endividamento externo e pouca capacidade de pagamento. Já o Chile, ao mesmo tempo se caracterizava por um consumo desenfreado orientado por um investimento estrangeiro (MARTINEZ; OLIVEIRA,

2016), não conseguiu reduzir a taxa de desemprego de 10% em nenhum momento até 1987 (CLAUDINO, 2016). Essa desconexão dos dados evidencia o quão insustentável era a situação econômica do país a longo prazo.

Considerações Finais

Pode-se afirmar que o período pós-Guerra Fria representou uma mudança drástica no cenário internacional, tanto em questões políticas quanto econômicas. Se em um primeiro momento que antecede à Guerra Fria o paradigma dominante se desenhava com a política no comando e a geopolítica sendo orientada mais por fatores ideológicos do que econômicos (BARU, 2012), o novo cenário destacava questões econômicas e comerciais. O neoliberalismo norte-americano, chancelado pelas recomendações do Consenso de Washington, foi exportado para a América Latina (BATISTA, 1994) fazendo com que governos da região passassem a reduzir o papel do Estado e a abrir seus mercados.

Entretanto, por mais que os países em questão recebessem auxílio de organizações internacionais, as novas estratégias econômicas não surtiram as consequências esperadas. O crescimento econômico em curto prazo de países como Brasil, Argentina e Chile trouxe consequências como o aumento da desigualdade social e a concentração de renda. Outro fator que merece atenção é a divergência entre as políticas econômicas adotadas por países desenvolvidos quando ainda eram emergentes e as estratégias aconselhadas para os países latino-americanos pelos Estados Unidos. Chang lembra que os países desenvolvidos impossibilitaram os países subdesenvolvidos de utilizarem estratégias que culminariam no desenvolvimento. De acordo com o autor, até mesmo os Estados Unidos recorreram a políticas comerciais e industriais protecionistas, diferentes das medidas neoliberais que aconselharam os países da América Latina a adotar (CHANG, 2004).

No entender de Moniz Bandeira, a crise pós-neoliberal da América Latina do final da década de 1990 não começou com a adoção das medidas do Consenso de Washington. Essa crise pré-existia, no entanto, a conjuntura socioeconômica e política, que nas décadas de 1960 e 1970 resultou em movimentos de insurgência, agravou-se ao longo de uma década de neoliberalismo nos países latino-americanos.

O presente trabalho buscou trazer uma análise dos principais efeitos da hegemonia norte-americana pós-Guerra Fria na realidade da América Latina, enfatizando os resultados da implantação do receituário neoliberal em países latino-americanos. Conclui-se que Argentina, Brasil e Chile, em tempos coincidentes, adotaram medidas de liberalização comercial e financeira que modificaram radicalmente sua projeção e inserção internacional. Por fim cabe justificar o diferencial do artigo e os seus pontos de maior destaque. A organização da tabela com as estatísticas demonstrando os efeitos das políticas neoliberais implantadas no Brasil, na Argentina e no Chile. A proximidade dos países, tanto no que concerne a sua geografia, a sua situação econômica no período pós-ditatorial e sua posição no Sistema Internacional proporciona que sejam destacados pontos em comum na adoção da doutrina neoliberal. Entretanto, as diferenças nas políticas, nas formas e no grau com que as recomendações externas foram adotadas tornam-se claras a partir do momento em que as peculiaridades de cada região são analisadas a partir de uma ótica histórica e estrutural.

REFERÊNCIAS

- ALVAREZ, Anibal Ricardo Gonçalves. **Neoliberalismo e sindicalismo brasileiro na década de 1990**: o contexto político-ideológico na gênese da Força Sindical. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas -UFRGS.
- ALVES DO CARMO, Corival. Poder, Estado e Hegemonia: as interfaces entre a teoria das relações internacionais e a economia política internacional. **Oikos**, v. 12, n. 01, p. 05-31,2013.
- ANDREAS, Peter. Free Market Reform and Drug Market Prohibition: US Policies at Cross-Purposes in Latin America, **Third World Quarterly**, v.16, n.1, 1995.
- ARRIGHI, Giovanni. **O Longo século XX**: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo. Rio de Janeiro/São Paulo, Contraponto/Unesp, 1996.
- BANCO MUNDIAL. **World Development Indicators Database**. Total GDP. World Bank, July 2003. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/data/databytopic/GDP.pdf>. Acesso em: 15 de dezembro de 2017.
- BANDEIRA, L. As políticas Liberais e a crise na América do Sul. **Revista Brasileira de Política Internacional**, 45 (2): 135-46, 2002. Publicado em [<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v45n2/a07v45n2>] Disponibilidade: 10/12/2017.
- BARU, Sanjaya. Introduction: Understanding Geo-economics and Strategy. In: **A New Era of Geo- economics**: Assessing the Interplay of Economic and Political Risk. IISS Seminar 23-25 March, 2012. Disponível em: <http://www.iiss.org//media/Images/Events/conferences%20from%20import/seminars/papers/64319.pdf>. Acesso em 14 de dezembro de 2017
- BATISTA JR., Paulo Nogueira. Argentina: uma crise paradigmática. **Estud.** av. [online]. 2002, vol.16, n.44, pp. 83-96. ISSN 0103-4014.
- BATISTA, Paulo Nogueira. **O Consenso de Washington**: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. Disponível em:http://www.fau.usp.br/cursos/graduacao/arq_urbanismo/disciplinas/aup0270/4dossie/nogueira94/nog94-cons-washn.pdf. 1994. Acesso em 15 de dezembro de 2017.
- BOITO JR, Armando. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xama Vm,1999.
- CARMO, Corival. Poder, Estado e Hegemonia: as interfaces entre a teoria das relações internacionais e a economia política internacional. **Oikos**, v. 12, n. 01, p. 05-31, 2013.
- CARVALHO, C. E. As origens e a Gênese do Plano Collor. *Nova Economia*, v. 16, n. 1, p. 101-134, 2006.
- CEPAL. **Trends and risks of the consumption in Latin American and the Caribbean**. Santiago, Chile. 2014a. Disponível em: <http://www.cepal.org/sites/default/files/infographic/files/consumption.pdf>. Acesso em: 13 de dezembro de 2017.
- CEPAL. **Compacts for Equality**: Towards a Sustainable Future. Third-fifty section of ECLAC, Lima, Peru. 2014b. Disponível em: http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/36693/6/LCG2586SES353e_en.pdf. Acesso em: 13 de dezembro de 2017.
- CERVO, Amado Luiz. **Inserção internacional**: formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Saraiva. 2008.
- CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada**: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. SP, Editora UNESP, 2004.
- CHASTEEN, John Charles. **América Latina**: Uma história de sangue e fogo. Rio de Janeiro: Campus. 3ª ed. 2001.

- CLAUDINO, Matheus. **A ditadura de Pinochet não fez do Chile um “paraíso neoliberal”**. Voyager, 2016. Disponível em < <https://voyager1.net/politica/falso-paraíso-neoliberal/>>. Acesso em 15 de dezembro de 2017.
- DABÈNE, Olivier. *América Latina no Século XX*. Porto Alegre: Edipucrs. 2003.
- DINIZ, Eli. **Empresariado e Projeto neoliberal Na América Latina**: uma avaliação dos Anos 80. Dados (Rio de Janeiro), v. 34, n.3, p. 349-378, 1991.
- FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando J. **Brasil e Argentina**: um ensaio de história comparada (1850- 2002). São Paulo: Editora 34, 2004.
- FERRARI, Andrés, CUNHA, André Moreira. As Origens da Crise Argentina: uma sugestão de interpretação. **Economia e Sociedade** (UNICAMP), v. 17, p. 47-80, 2008.
- FFRENCH-DAVIS, Ricardo. **Chile entre el neoliberalismo y el crecimiento com equidad**. 4ed. Chile: J. C. Saéz Editor, 2008.
- FRIDERICHS, Lidiane. **Transição democrática na Argentina e no Brasil**: continuidades e rupturas.
- AEDOS**: REVISTA DO CORPO DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UFRGS (ONLINE), v. 9, p. 439-455, 2017.
- GALVÃO, Andréia. **Participação e fragmentação**: a prática sindical dos metalúrgicos do ABC nos anos 90. Dissertação (mestrado). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1996.
- HARVEY, David. **Neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Loyola. 2008.
- HERTEL, Rafael. Abertura Neoliberal Comparada em Brasil e Argentina Nos Governos Cardoso e Menem. **Revista Acadêmica de Relações Internacionais**, Santa Catarina, ed. 4, v. 2, 2013.
- HERZ, M. Política de segurança dos EUA para a América Latina após o final da Guerra Fria. **Estudos Avançados** (USP. Impresso), São Paulo, v. 16, n.3, p. 85-104, 2002.
- HIRST, Monica. América Latina-EUA em tempos de pós-guerra Fria. **Revista USP**, São Paulo, n.84, p. 24-37, dezembro/fevereiro 2009-2010.
- JUNG, João H. S. Política Externa na Redemocratização (1979-1990): O Pragmatismo Brasileiro nas Relações com os Estados Unidos. **Revista Perspectiva**, v. 8, p. 107-125, 2015.
- KREBS, Cristián. Historia de Chile Ilustrada: desde los orígenes hasta nuestros días. Tomo II. 1 ed. Chile: **Zig-Zag**, 2005.
- LINHARES, Maria Y. **História geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.
- LIRA, F. R. F. T. Do Socialismo ao Neoliberalismo: o Chile dos anos 1970. **Vitrine da Conjuntura**, 31 ago. 2010.
- MATTOS, César. **Dívida Externa Brasileira**. Consultoria Legislativa, 2006.
- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. As políticas neoliberais e a crise na América do Sul. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 2, p. 135-146, 2002.
- MONTENEGRO, Renan Holanda. Neoliberalismo, política externa e política econômica: notas sobre o governo FHC. **Relações Internacionais no Mundo Atual**, v.2, p. 6-23, 2011.

- OLIVEIRA, T. F.; MARTINEZ, E. D. M. Políticas Neoliberais Na América Latina: Uma Análise Comparativa Dos Casos No Brasil E Chile. **Revista de Estudos Internacionais**, v. 7, p. 70-81, 2016.
- SALLUM JR., Basílio. Crise, democratização e liberalização no Brasil. In: IDEM (org). **Brasil e Argentina hoje: política e economia**. Baurú: EDUSC, 2004
- SANTOS, M. A supremacia dos EUA no pós-guerra fria. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais (UNESP. Araraquara. Impresso)**, v. 29, p. 37-66, 2006.
- SANTOS, W. E. A GEOPOLÍTICA DA GUERRA-FRIA: a relação entre EUA e Turquia na estratégia da contenção. In: IV Seminário Nacional de Sociologia e Política, 2013, Curitiba. **Anais do IV Seminário Nacional Sociologia & Política: Pluralidade e Garantia dos Direitos Humanos no Século XXI**, 2012.
- SCHOULTZ, Lars; SMITH, William C., "Introduction" In: Lars Schoultz, William & Augusto Varas. C. Smith & Augusto Varas, Security, democracy, and development in U.S.-Latin American relations. Miami, **North-South Center Press**, 1994.
- SENNES, Ricardo. **As mudanças da política externa brasileira nos anos 80: uma potência média recém industrializada**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.
- SHARAPURA, S. What happened in Argentina? **Chicago Business Online**, 28 de maio de 2002. Disponível em: www.chibus.com/news/2002/05/28/worldview. Acesso em 10 de Dez 2017.
- SILVA, André Luiz Reis da. **Do Otimismo Liberal à Globalização Assimétrica: a política externa do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)**. Porto Alegre: UFRGS. 2008
- WILLIAMSON, J. What should the World Bank think about the Washington Consensus? **The World Bank Research Observer**, v. 15, n. 2, p. 251-264, 2000.

*Recebido em 27 de abril de 2018.
Aprovado em 17 de julho de 2018.*

RESUMO

O presente trabalho traz uma abordagem dos impactos do neoliberalismo na América Latina no final do século XX dentro da estratégia de consolidação hegemônica dos Estados Unidos na região. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de cunho exploratório, a partir da ótica das Relações Internacionais, que parte de uma contextualização do cenário internacional durante o referido período e apresenta uma análise da trajetória histórica do neoliberalismo nas economias do Brasil, da Argentina e do Chile nas últimas décadas do século XX.

Palavras-chave: Neoliberalismo; América Latina; Pós-Guerra Fria; Estados Unidos; Sistema Internacional.

ABSTRACT

This paper analyzes the impact of neoliberalism in Latin America in the late twentieth century taking account that there existed a strategy of hegemonic consolidation of the United States. Based on an exploratory and qualitative research, a contextualization about the international scenario during the period and the historical trajectory of neoliberalism in countries like Brazil, Argentina and Chile will be studied using concepts from the area of International Relations.

Key-words: Neoliberalism; Latin America; Post-Cold War; United States of America; International System.